



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

### **ATA - TRE-MA/PR/DG/STIC/CGTIC**

#### **Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGOVTIC / 28 de abril de 2022 / 15h - 16h.**

#### **Participantes:**

Luann de Matos O. Soares ( Diretor-Geral);  
Gualter Gonçalves L. Júnior (Secretário de TIC);  
Rosiléia Morais S. Monteiro (Secretária de Administração e Finanças);  
Raimundo Mendonça Braga Filho (Secretário de Gestão de Pessoas em exercício);  
Carlos Eduardo D. Almeida (Secretário Judiciário);  
Gilson Rodrigues Borges (Assessor Especial da Presidência);  
Eloise Elena Sousa de Melo (Assessora-Chefe da Corregedoria);  
Herbert Pinheiro Leite (Assessor Jurídico da Corregedoria);  
Karla de Faria A. Félix (Coordenadora de Gestão Estratégica e Modernização);  
Egídio de Carvalho R. Júnior (Coordenador de Sistemas e Inovação);  
Wellington da Silva Moraes (Chefe da Seção de Segurança Cibernética);  
Antonio Ferreira da Costa Filho (Chefe da Seção de Gestão de Segurança da Informação).

#### **Pauta**

#### **1 - Apresentação do Relatório de Desempenho da STIC / ano 2021 (Gualter Gonçalves - Secretário de TIC).**

- Gualter inicia a apresentação explicando que em 2020 se encerrou o 1º ciclo de seis anos 2015-2020 da implementação da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário – ENTIC-JUD, instituída pelo CNJ através da Res. 211/2015, que passou a direcionar as ações da área de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Esclarece que a STIC teve como missão em 2021 refazer todo o Plano Diretor de TIC – PDTIC, adequando-se às novas diretrizes do 2º ciclo da ENTIC-JUD (sexênio 2021-2026) promulgada pela Res. 370/2021;
- Explica que a ENTIC-JUD está dividida em 3 Perspectivas e 8 Objetivos, pretendendo com isso promover em todos os Tribunais, através de programas, planos e ações na área de TIC, a Transformação Digital, aprimorar a Segurança da Informação e Gestão de Dados e buscar a Inovação de Forma Colaborativa;
- Comenta que o PDTIC estabeleceu ao todo 28 indicadores, sendo que somente 17 foram medidos em 2021, dos quais 9 apresentaram crescimento com relação à linha base, 5 permaneceram estáveis e 3 tiveram desempenho inferior ao valor base;
- Informa que 37 ações previstas pelo PDTIC para 2021 foram concluídas, o que equivale a 52,8%, visando alcançar os objetivos determinados pela ENTIC-JUD;
- Demonstra, por meio de gráfico, a evolução desta STIC para o indicador de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – iGovTIC-CNJ Ciclo 2016-2020, chegando-se ao nível aprimorado;
- Relata que o questionário que mensurou o índice de iGovTIC-JUD 2022 foi reformulado em virtude da nova ENTIC-JUD 2021-2026, obtendo-se naquele

documento uma pontuação de 66,61 de um total de 100 pontos, contribuindo-se com 30 pontos para o Selo Ouro CNJ, o que levou este TRE a conquistar a 51ª posição do ranking geral entre todos os Tribunais;

- Esclarece que os temas trazidos pelo novo questionário iGovTIC-JUD 2022, como Transformação Digital e Riscos na Segurança da Informação, foram os responsáveis pela baixa na pontuação, visto que nenhum Tribunal estava adaptado àquelas diretrizes incorporadas pela ENTIC-JUD 2022-2026;

- Exibe os principais desafios desta STIC para 2022-2026, dentre eles:

- Promover a digitalização da carta de serviços ao cidadão; -Adequar a força de trabalho de TIC às demandas; -Implantar os manuais de segurança estabelecidos na Port. CNJ 162/2021; -Elaborar o plano de gestão de riscos de TIC; -Implantar metodologia de gestão de projetos na STIC e -Definir formalmente metas específicas para os gestores e técnicos de TIC, com apoio da SGP.

## **2 - Apresentação do Relatório da Força de Trabalho da STIC (Gualter Gonçalves - Secretário de TIC).**

- Gualter explica que a Res. 370/2021 CNJ determina que anualmente se faça uma análise da força interna de trabalho da área de TIC e apresente seus resultados ao CGOV TIC;

- Comenta que o art. 24 daquela Resolução estabelece que cada órgão deverá compor o seu quadro permanente com servidores que exercerão atividades voltadas exclusivamente para a área de TIC;

- Menciona também que seu art. 4º diz que a área de TIC contará com estrutura organizacional e quadro de pessoal específicos, composto por servidores(as), preferencialmente, do quadro permanente do órgão;

- Fala que o CNJ avaliou por meio do questionário iGovTIC-Jud 2021 como o quadro da força de trabalho da STIC se apresentava;

- Apresenta a tabela com o dimensionamento e a fórmula de cálculo base ao todos os Tribunais, parte integrante do Anexo Guia da ENTIC-JUD, que visa mensurar a força de trabalho de TIC;

- Mostra a posição em que se encontra essa STIC quanto ao seu quadro permanente de servidores efetivos, comissionados e terceirizados e, igualmente, o déficit de pessoal necessário a este TRE, segundo a Res. 370/2021 CNJ;

- Exibe um gráfico que expressa tanto a distribuição da força de trabalho quanto sua distribuição de cargos, apontando que a STIC possui um déficit de 22 pessoas, sendo que o mínimo de 11 deveriam ser de servidores efetivos do quadro permanente;

o O Assessor Especial da Presidência Gilson Borges pergunta se os resultados desse relatório trarão consequências punitivas pelo CNJ e Gualter relata que esse documento objetiva dimensionar o quadro atual da força de trabalho e o essencial para atender as expectativas da ENTIC-JUD;

o A Coordenadora da COGEM Karla Abdala afirma que esse déficit precisa ser corrigido, visto que deixar de pontuar no iGovTIC-Jud repercutirá na premiação do Selo Ouro CNJ;

- Gualter prossegue apontando as soluções propostas por essa STIC que podem ser combinadas entre si, objetivando minimizar ou eliminar o saldo negativo na força de trabalho da STIC;

o O Coordenador da COSIN Egídio de Carvalho questiona os membros se os servidores que exercem atividades na área de TIC, ainda que fora da STIC, poderiam ser incluídos no relatório da força de trabalho para diminuir o déficit de servidores e os membros concordam.

## **3 - Apresentação da 1ª Revisão do Plano de Contratação de TIC (Gualter Gonçalves - Secretário de TIC).**

- Gualter esclarece que esse documento sempre será dinâmico, visto que ele sofre

atualizações em virtude das aquisições na área de TIC;

- Fala que a Resolução Nº 182/2013 determina que o Plano de Contratações de STIC deve ser revisado periodicamente, compreendendo sempre as novas contratações pretendidas;
- Explica que as aquisições de bens e contratação de serviços de TIC deverão atender às determinações do CNJ;
- Exibe as contratações que foram tanto excluídas quanto incluídas durante a revisão do Plano;
- Apresenta o Plano Anual de Contratações para Eleições 2022;
- Menciona também as aquisições que foram alteradas em determinadas etapas, conforme acordos estabelecidos pelos gestores dessas aquisições.

#### **4 - Apresentação das Ações de Cibersegurança em Andamento na STIC (Wellington Moraes - Chefe da SESEC).**

• Wellington inicia apresentando os principais projetos em andamento na Seção de Segurança Cibernética - SESEC, dentre elas:

-Promoção de capacitação das Equipes de Tratamento de Incidentes de Redes - ETIR; -Contratações de Ferramentas e Serviços em Cibersegurança na JE-Grupo CIBER-JE e; -Elaboração do Plano de Gestão de Continuidade de Serviços de TIC;

• Aponta as ações de proteção de Infraestruturas Críticas, instituídas pela Portaria CNJ 162/2021, quais sejam:

-Varredura automatizada contra vulnerabilidades (Tenable); -Análise e coordenação para atualizações de segurança; -Atualizações automáticas; -Correções de segurança; -Registros de auditoria em servidor centralizado (graylog); - Monitoramento de acessos privilegiados; -Proteção contra malware em ambientes Linux e Windows;

o O Diretor Geral Luann de Matos questiona se existe algum manual com instruções aos servidores sobre os incidentes ocasionados por mal uso de e-mail, acesso a sites ou uso de pendrives, por exemplo;

o O chefe da SEGIN Antonio Ferreira responde que dentro do site do TRE, no portal de Segurança da Informação, existem várias reportagens sobre a temática e que a SESEC também emite e-mails de alertas com orientações gerais;

o O Secretário de TIC Gualter Gonçalves comenta que na intranet existe uma janela que ocasionalmente dispara dicas sobre Segurança da Informação;

o A Coordenadora da COGEM Karla Abdala sugere se pensar em exibir janelas na intranet com perguntas e respostas voltadas para o tema Cibersegurança, possibilitando a conscientização do usuário;

o O chefe da SEGIN Antonio Ferreira confirma estar trabalhando em parceria com a COSIN na produção de um jogo que trará uma lista de perguntas e respostas para atender essa demanda;

o O Secretário de TIC Gualter Gonçalves relata ainda que a STIC está atualizando as normas da Política de Controle de Acessos aos Sistemas da Justiça Eleitoral, tendo em vista as inúmeras demandas de permissões de acessos a sistemas não geridos por aquela Secretaria;

o O Assessor Especial da Presidência Gilson Borges explica que falta uma política de informação obrigatória entre a SGP e a STIC para demandarem tanto a liberação quanto o bloqueio de acessos de servidores lotados temporariamente neste TRE, principalmente estagiários e comissionados;

o A Coordenadora da COGEM Karla Abdala diz que é necessário a publicação de uma Política de Segurança de Acessos que imponha aos administradores dos sistemas a concessão dessas permissões;

o O Secretário de TIC Gualter Gonçalves diz que será apresentada a esse Comitê, na próxima reunião de junho, a nova Política de Concessão de Acessos aos Sistemas da JE para sua apreciação e aprovação.

## **5 - Apresentação dos projetos em andamento da COSIN (Egídio de Carvalho - Coordenador da COSIN).**

• Egídio inicia expondo os projetos já foram finalizados na Coordenador de Sistemas e Inovação – COSIN, quais sejam:

-Módulo de Gamificação (Laboratório de Inovação); -Melhoria da Segurança das Aplicações-Fase 2; -Criação de painéis para transparência do selo; -Implantação do novo sistema de estagiários – SGE; -Implantação do Archivematica; -Alteração da Folha de pagamento para automatizar crédito e débito plano de saúde; -Adaptação do CORAU para o e-social; -Alteração do INFOSEI;

• Comenta sobre os projetos em andamento na Seção de Suporte a Sistemas Judiciais – SESJU, sendo eles a(o):

-Criação de novos relatórios no Painel de Estatística; -Implantação do Janus – IA para automatizar a minuta de decisões de prestação de contas; -Saneamento do Datajud; -Projeto Nacional de Integração do PJE com a PDPJ em parceria com o TSE;

• Exibe os projetos em andamento na Seção de Dados, Desenvolvimento de Sistemas e Inovação – SEDIN, quais sejam:

-Melhorias na segurança do Banco de Dados (550 Vulnerabilidades); -Implantação do JE-REINF (Aguardando homologação do usuário); -Alteração do Cronos para adaptação às novas regras da portaria; -Revisão do Processo de Desenvolvimento de Software; -Sistema de Gestão de Contratações; -Sistema para Solicitação de novos locais de votação; -Novo Sistema de Substituições; -Atualização do Sistema da Central de Acompanhamento de Eleições; -Implantação das Options de Segurança do Oracle; -Implantação da Redundância do Banco de dados Oracle; -Saneamento dos dados para o e-social; -Alteração do GERFLA para eleição.

o O Assessor Especial da Presidência Gilson Borges questiona se existe meios de acompanhamento das entregas desses sistemas;

o Egídio relata que a COSIN não trabalha com datas fechadas, visto que ocasionalmente os demandantes pleiteiam alterações nos sistemas, durante a fase de produção;

o Diz ainda que sempre apresentará, nas reuniões mensais deste CGOVTIC, um relatório contendo prazos para as ações da COSIN.

## **6 - Apresentação dos projetos em andamento da SEGIN (Antonio Ferreira - Chefe da SEGIN).**

• Antonio Ferreira inicia explicando que a publicação da nova Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD suscitou uma série de ações da SEGIN, principalmente para alcançar as pontuações no iGovTIC-Jud;

• Comenta que foi promovida uma capacitação a todos os servidores deste TRE para conhecimento daquela nova normativa;

• Fala que a SECAP promoveu a gravação desse primeiro treinamento, visando disponibilizá-lo posteriormente, por meio da plataforma EaD;

• Relata que foi feito, após esse treinamento, um workshop com gestores de várias áreas-chaves, tendo em vista o mapeamento de seus processos, objetivando a guarda e cessão correta das informações;

• Explica que todos esses processos serão apreciados pelo Comitê de Proteção de Dados Pessoais;

• Sem haver mais nada a declarar pelos membros, encerra-se a reunião nesta data.

**Próxima reunião:** Maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **RAIMUNDO MENDONÇA BRAGA FILHO**, Secretário(a), em 11/05/2022, às 15:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei



11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DIAS ALMEIDA, Secretário(a)**, em 11/05/2022, às 15:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSILÉIA MORAIS SALAZAR MONTEIRO, Secretário(a)**, em 11/05/2022, às 17:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUANN DE MATOS OLIVEIRA SOARES, Diretor Geral**, em 11/05/2022, às 18:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELOISE ELENA SOUSA DE MELO, Assessora Chefe da Corregedoria**, em 11/05/2022, às 18:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FERREIRA DA COSTA FILHO, Analista Judiciário**, em 12/05/2022, às 14:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON DA SILVA MORAES, Técnico Judiciário**, em 12/05/2022, às 18:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KARLA DE FARIA ABDALA FÉLIX, Analista Judiciário**, em 13/05/2022, às 16:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EGÍDIO DE CARVALHO RIBEIRO JÚNIOR, Coordenador(a)**, em 16/05/2022, às 16:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HEBERT PINHEIRO LEITE, Assessor(a)**, em 17/05/2022, às 12:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUALTER GONÇALVES LOPES JÚNIOR, Secretário(a)**, em 17/05/2022, às 14:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON RODRIGUES BORGES, Técnico Judiciário**, em 17/05/2022, às 14:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1617357** e o código CRC **0545C0DD**.

0004601-80.2022.6.27.8000|1617357v4|